

SHORTPAPER

Da fragmentação severa a integração necessária: um país em reconstrução

From Severe Fragmentation to Necessary Integration: A Country in Reconstruction

Lavito Person Motta Bacarissa *¹¹Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil

Resumo

A *paper* aborda as profundas desigualdades sociais no Brasil, enraizadas na história colonial e na escravidão, que resultam em fragmentação social e concentração de riqueza. A partir dos anos 2000, com a presidência de Lula, o país experimentou crescimento econômico e políticas sociais que visavam combater essas desigualdades, mas a crise econômica da segunda metade da década comprometeu esses avanços. O surgimento de um conservadorismo neoliberal culminou na destituição de Dilma Rousseff e na eleição de Jair Bolsonaro, um governo autoritário e negacionista que fragilizou as políticas públicas sociais e ambientais, levando a um agravamento da crise social e institucional. A vitória de Lula em 2022 trouxe um novo impulso, com um governo focado na "União e Reconstrução", priorizando a participação social na elaboração de políticas públicas. O *paper* destaca a recriação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), que visa integrar as diretrizes da Agenda 2030 da ONU no Brasil, promovendo o desenvolvimento sustentável e a equidade social. O fortalecimento da democracia e a superação da fragmentação social são apresentados como objetivos centrais do governo atual, que busca um planejamento participativo e inclusivo para o avanço social coletivo. Os desafios são imensos, mas há um grande esforço em direção à reconstrução da agenda social e ambiental no Brasil.

Paper

O Brasil é um país profundamente marcado por suas desigualdades abissais. Suas raízes históricas no colonialismo e escravidão são nutridas por estruturas sociais e estatais dedicadas a perpetuar essas desigualdades e garantir privilégios.

Esse processo histórico é marcado pela marginalização e exclusão de parcelas da sociedade brasileira e pela concentração econômica e fundiária a uma pequena parcela dessa sociedade.

Resulta desse processo o esgarçamento do tecido social e sua fragmentação em grupos e minorias desconectadas de representação e ao acesso a serviços e benefícios públicos básicos, que deveriam garantir, no mínimo, uma vida digna.

Os anos 2000 inauguraram um ciclo de pujança econômica brasileira, combinado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para seu primeiro mandato na presidência do Brasil. Os primeiros dois mandatos de Lula na presidência do Brasil, sobretudo, após a descoberta do pré-sal em 2006, foram marcados por um crescimento econômico em taxas elevadas e pela implantação de políticas sociais e econômicas importantes, que tinham como objetivo maior combater as desigualdades, cuja maior expressão estava na fome e na miséria, e diminuir a fragmentação social brasileira.

Nesse período vivemos a esperança de que um novo Brasil e uma nova cultura social fosse possível. Os números de aprovação popular dos governos Lula, o desempenho das políticas públicas e a eleição de Dilma Rousseff, primeira mulher presidente do Brasil, eram os melhores indicativos dos resultados alcançados.

Em meados da segunda década dos anos 2000, o cenário econômico mudou. Com a economia global ainda afetada pela bolha imobiliária e a crise financeira na economia americana, somado à queda dos preços das commodities, principalmente o preço do petróleo, voltamos a experimentar um cenário recessivo.

A estabilização econômica necessária, sobretudo, para garantir privilégios, se viu em cheque e, desse modo, os avanços sociais para integração nacional começaram a ruir.

Com a economia global expondo suas fragilidades, os governos social-democratas de todo o mundo, constituídos no pós-guerra mundial e marcados pela declaração universal dos direitos humanos, começam a se fragilizar. Ou seja, o descontentamento com a economia contamina os demais setores sociais, reforçando a ascensão de um conservadorismo preocupado mais com a perda de seus privilégios do que com costumes. Resulta no Brasil o afastamento político-jurídico ao governo de Dilma Rousseff (2016) e a prisão do maior líder político brasileiro, Lula (2018), em uma operação

* Autor de correspondência: lavito.bacarissa@presidencia.gov.br

Citar como: Bacarissa, L. P. M. (2024).

Da fragmentação severa a integração necessária: um país em reconstrução. *Journal of Racial and Ethnic Social Equality*, 3(1), 23 – 25. <https://doi.org/10.55547/jrese.v3i1.37>



eivada de suspeições e que, mais tarde, parte de seu arcabouço probatório seria anulado pelo Superior Tribunal Federal (STF). No cenário mundial, seu maior símbolo é a eleição de Donald Trump (2016), um negacionista contumaz, à presidência dos Estados Unidos da América.

O conservadorismo neoliberal avança sem precedentes no mundo e mostra sua força, potencializada pelo avanço tecnológico e as novas mídias sociais, que desafiam as fronteiras e a soberania das nações. Nesse novo mundo não só as fronteiras físicas são desafiadas, mas, sobretudo, as fronteiras da razão. Nesse contexto já não se consegue distinguir com facilidade o real do imaginário, o certo do errado, a verdade da mentira. A crise econômica e o cenário recessivo foram as sementes e as mídias sociais o adubo que fizeram renascer com vigor lideranças políticas e governos autoritários em todo o mundo.

A fragmentação social avança novamente, mas agora potencializada pela fragmentação da atenção do indivíduo e por sua incapacidade de reagir racionalmente à quantidade avassaladora de informações a qual é submetido diariamente e por vários meios.

No Brasil, a experiência foi trágica e simbolizada pela eleição de Jair Messias Bolsonaro (2018). Militar com carreira curta, apologista do golpe militar e da tortura. Se apresentou como *outsider*, mesmo com uma carreira política com mais de 30 anos e foi eleito presidente do Brasil.

Sua gestão foi marcada pela extinção de ministérios, que são essenciais a um governo comprometido com bem-estar social, pelo negacionismo científico, negacionismo climático, fragilização de importantes políticas sociais e ambientais, o que gerou uma exposição extremamente negativa à imagem internacional do Brasil, com reflexos na economia nacional.

O ato final de seu governo autoritário, não sem antes levar a mais de 600 mil mortes pela COVID e uma grave crise institucional, foi a tentativa de golpe intentada em 08 de janeiro de 2023, após derrota nas urnas e frustrada pelas forças democráticas resistentes. A tentativa de golpe de Estado sucedeu à vitória de Lula nas urnas para o seu terceiro mandato.

O Brasil se encontrava com a imagem internacional prejudicada, fragilizada social, econômica e ambientalmente. Estrutura governamental precarizada, políticas públicas desmanteladas, desmatamento e garimpo ilegal sem controle, órgãos de fiscalização sucateados, espaços extintos de participação social e de volta ao mapa da fome. Essa era a cena em janeiro de 2023, quando o presidente Lula, novamente, subiu a rampa do Palácio do Planalto.

O lema de União e Reconstrução é o mote do governo, regido pelo grande propósito de restituir o Brasil ao povo brasileiro e fortalecer nossa combatida democracia. União para combater a fragmentação e Reconstrução para recuperar essa grande nação.

A principal diretriz para o fortalecimento da democracia é utilizar a participação social como método para elaboração e execução de políticas públicas. Nas palavras do próprio presidente, é “governar com o povo e não apenas para o povo”. Coube à Secretaria Geral da Presidência da República a tarefa de reconstituir os principais espaços de participação social. Nesse processo, foi reconstituído o espaço de governança da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país.

A Agenda 2030 e os ODS (2015) representam o principal esforço diplomático empreendido pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos últimos tempos. Trata-se de uma convergência importante, sobretudo, em um mundo cada vez mais polarizado, subscrita por todas as 193 nações signatárias, calcada no desenvolvimento sustentável, na defesa da vida e na dignidade humana. A Agenda 2030 resulta de uma atualização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), agenda que o Brasil protagonizou nos primeiros governos do presidente Lula, assim como, historicamente, se destacou nos debates sobre desenvolvimento sustentável, desde a simbólica Rio 92.

No Brasil, o histórico da governança da Agenda 2030 é trepidante, como assim o são as políticas públicas sociais e ambientais nos últimos tempos. Em 2016, foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (Dilma), a Comissão foi extinta em 2019 (Bolsonaro), sob os auspícios paranoicos do globalismo, comunismo, negacionismo e outros “ismos” de quem pensava apenas em “passar a boiada”, nas palavras do então ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima do governo Bolsonaro.

Em agosto de 2023 é publicado o novo decreto que recria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Colegiado de natureza consultiva e paritária, ou seja, composto por representações de governo e organizações da sociedade civil organizada. Compete a esse colegiado propiciar os meios necessários para o avanço dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. Sua recriação marca o retorno do Brasil à agenda de desenvolvimento sustentável.

Hoje, a CNODS conta com representações de todos os ministérios do governo federal, com representações dos entes subnacionais (estados e municípios) e representações qualificadas da sociedade civil, dentre elas a Universidade Zumbi dos Palmares, que presta a Comissão e ao Brasil serviço de grande mérito público.

Importante destacar que essa nova Comissão para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi estruturada para que pudessemos ter representações de todo território nacional, plurais e diversas, para que possamos alcançar altas competências para fazer frente os desafios impostos ao Brasil e ao mundo, em especial os relacionados ao combate às desigualdades internas e entre as nações, ao combate à fome e aos trazidos pela crise climática, que avança a uma velocidade incrivelmente perigosa. São políticas que afetam a todos, mas de maneira desigual, sendo mais severas com as camadas mais vulneráveis das populações mundiais.

Para que possamos avançar de maneira determinante no desenvolvimento sustentável, é preciso que tenhamos claro quais são os paradigmas e como estamos em relação às metas e indicadores da Agenda 2030. Nesse sentido, foi pensado o assessoramento técnico para a CNODS, que conta com a competência de órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), além de outras importantes instituições que apoiam trabalhos eventuais e determinados.

Recentemente retomamos a publicação do nosso Relatório Nacional Voluntário (RNV), compromisso reassumido pelo Brasil perante a ONU, alinhado à transparência e prestação de contas à sociedade brasileira e à comunidade internacional. Esse trabalho foi coordenado pela secretaria executiva da CNODS e contou, em sua comissão de redação, com a participação dos órgãos de assessoramento técnico da Comissão e com ministérios chaves do governo federal. O processo ainda contou com uma grande mobilização de segmentos da sociedade e de governos para coleta de insumos, o que gerou como resultado secundário uma reativação do engajamento em torno da Agenda 2030.

O trabalho, que contou com a participação social desde sua concepção, foi apresentado em julho de 2024 na ONU e foi enaltecido pela comunidade internacional pelo seu alto grau de inovação. Se por um lado o relatório é um diagnóstico para o monitoramento da evolução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no país, por outro se apresenta como um excelente instrumento de planejamento.

Nesse ano de retomada da governança da Agenda 2030 no Brasil, houve importantes avanços, mas precisamos avançar muito mais e com urgência. Um excelente exemplo desse avanço foi a construção do Plano Plurianual Participativo (PPA) pelo Ministério do Orçamento e Planejamento (MPO) em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República referenciado pelos ODS. A partir desse trabalho, poderemos visualizar quanto o investimento em cada política pública representa de avanço para determinado ODS e quais carecem de maior atenção e recursos.

O Ministério de Planejamento e Orçamento também publicou recentemente o caderno “Planejamento Orientado aos ODS”, que é um importante instrumento para o avanço da institucionalização da Agenda 2030 nos demais níveis da federação.

Nesse período, também colocamos em pé a proposta do ODS 18 para igualdade étnico-racial, compromisso assumido voluntariamente pelo Brasil. O trabalho está sendo coordenado pelo Ministério da Igualdade Racial, no âmbito da câmara temática constituída na Comissão Nacional para essa finalidade específica e visa o combate ao racismo estrutural.

Os desafios estão postos e são enormes. Neste ano, foi reestruturado o espaço de governança da Agenda 2030 no Brasil; foi deliberado no âmbito da Comissão as prioridades para o avanço e estabelecidos os instrumentos que nortearão o caminho. Discutir o desenvolvimento sustentável pela perspectiva dos mais vulneráveis, avançar na difusão e popularização da linguagem da Agenda, localizar a Agenda em todos os níveis da federação respeitando as peculiaridades sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada território, aumentar sua institucionalização, utilizar as boas práticas realizadas pelo Brasil para fomentar a reinserção internacional e a cooperação sul-sul, estão entre os principais avanços que se busca.

Participar do Fórum Supercidades promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Justiça Racial, Ambiental e Mudanças da Universidade Zumbi dos Palmares, momento precursor deste *paper*, além de uma grande satisfação, oportuniza a CNODS cumprir sua missão de difundir a Agenda 2030 e engajar variados atores para construção de soluções conjuntas e inovadoras em benefício do desenvolvimento sustentável. Quando nos propomos a discutir o combate às segregações espaciais e ao racismo geográfico e ambiental, estamos combatendo a fragmentação deletéria às democracias modernas e reconstruindo a integração necessária ao avanço social coletivo.

Autor

Lavito Person Motta Bacarissa

Secretário Executivo para a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil.

E-mail: lavito.bacarissa@presidencia.gov.br